



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

Concurso Público (Aplicação: 4/11/2001)

Cargo:

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Nas questões de 1 a 40, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 1 a 3

1 Hoje o “povo” é a base e o ponto de referência comum de todos os governos nacionais, excetuando-se os teocráticos. Isso não apenas é inevitável, como certo — afinal, se o governo tem algum objetivo, só pode ser o de cuidar do bem-estar de todos os cidadãos e falar em nome deles. Na era do homem comum, todo governo é governo do povo e para o povo, embora não possa, em qualquer
4 sentido operacional do termo, ser exercido pelo povo.

Os governos dos Estados-nação ou dos Estados territoriais modernos erguem-se sobre três premissas. Primeira: eles têm mais poder que outras unidades que operam em seu território. Segunda: os habitantes de seus territórios aceitam sua autoridade mais ou
7 menos de bom grado. Terceira: os governos podem prover aos habitantes de seu território serviços que, de outro modo, não seriam fornecidos com eficácia igual ou nem sequer seriam fornecidos — serviços como “lei e ordem”, segundo a frase proverbial. Nos últimos trinta ou quarenta anos, essas premissas vêm deixando de ser válidas.

Eric Hobsbawm. *A falência da democracia*. In: *Folha de S. Paulo*, 9/9/2001, Mais! p. 5-6 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Depreende-se do texto LP-I que

- A o autor procura demonstrar a impossibilidade do sucesso dos Estados-nação.
- B o governo nos Estados teocráticos não tem objetivo.
- C a validade das três premissas enumeradas no segundo parágrafo sustenta os governos dos Estados-nação.
- D todo governo deve ser exercido operacionalmente pelo povo e é destinado ao homem comum.
- E os Estados territoriais modernos têm dificuldade para ter sua autoridade aceita por seus habitantes.

QUESTÃO 2

Assinale a opção **incorreta** a respeito das estruturas linguísticas do texto LP-I.

- A De acordo com o sentido textual, o gerúndio em “excetuando-se” (R.1) pode, sem prejuízo da correção gramatical, ser substituído por **excetuados**.
- B Na linha 2, se o advérbio “apenas” for deslocado para imediatamente depois do verbo “é”, o sentido e a correção gramatical da oração serão mantidos.
- C Na palavra composta “Estados-nação” (R.5), a idéia de nação deve ser compreendida como uma qualificação, uma restrição da idéia de Estado.
- D As formas verbais “têm” (R.5) e “vêm” (R.9) são acentuadas de acordo com a mesma regra gramatical e, se concordassem com um nome no singular, não teriam acento gráfico.
- E Na linha 6, os pronomes “seu”, “seus” e “sua” referem-se a “habitantes”.

QUESTÃO 3

Considerando que são características da linguagem oficial a clareza, a concisão, a impessoalidade e o uso do nível formal da linguagem e que o texto LP-I faça parte de um documento oficial, assinale a opção correta.

- A Como está, o texto pode fazer parte de um parecer, com o objetivo, por exemplo, de sustentar uma opinião técnica submetida a exame.
- B Em um relatório, a linguagem precisaria ser mais formal, evitando-se, por exemplo, o emprego de aspas e alterando-se a regência de “prover aos habitantes” (R.7) para **prover os habitantes**.
- C Em uma ata, a enumeração contida no segundo parágrafo deveria ser em tópicos, com a margem recuada, como mostrado a seguir:
 - 1.^a eles têm mais poder que as outras unidades que operam em seu território;
 - 2.^a os habitantes de seus territórios aceitam sua autoridade mais ou menos de bom grado;
 - 3.^a os governos podem prover aos habitantes de seu território serviços que, de outro modo, não seriam fornecidos com eficácia igual ou nem sequer seriam fornecidos.
- D Se o texto fizesse parte de um ofício, os pronomes de terceira pessoa deveriam ser alterados para a primeira pessoa do plural ou deveria ser usada a voz passiva.
- E Como está, o texto pode fazer parte de um edital porque argumenta quanto a assunto público e de interesse do Estado.

Texto LP-II – questões 4 e 5

1 A aplicação do princípio da boa-fé nos contratos sempre
suscitou controvérsias, pois o Código Civil de 1916, ainda em
vigor, não consigna expressamente nenhuma regra genérica
4 atinente à sua aplicação na formação ou execução dos contratos.
Concebido dentro de uma perspectiva individualista, voluntarista
e patrimonialista do Direito Civil, o referido diploma legal
7 consagrou o princípio da boa-fé subjetiva, embasado na intenção
ou na consciência do sujeito da relação jurídica de estar agindo
de acordo com o Direito e com ausência de má-fé, ou seja, sem a
10 intenção de lesar outrem. Entretanto, tal concepção de boa-fé, por
demandar de seus intérpretes análise eivada de incertezas e
dificuldades, uma vez que é relacionada com o aspecto
13 psicológico dos sujeitos, passou a não mais atender às novas
exigências criadas pela sociedade moderna que busca mais
segurança e razoabilidade nos contratos firmados. Tanto é assim
16 que a doutrina e a jurisprudência começaram a reconhecer sua
observância obrigatória, independentemente de sua positivação,
por ser um imperativo das necessidades éticas inerentes a
19 qualquer sistema jurídico.

Marília de Ávila e Silva Sampaio. **A boa-fé objetiva**. In: *Correio
Braziliense*, 17/9/2001, Direito & Justiça, p. 1 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Julgue se os itens a seguir, que constituem paráfrases de trechos do texto LP-II, respeitam as idéias deste.

- I O princípio da boa-fé subjetiva, consagrado pelo Código Civil de 1916, foi concebido dentro de uma perspectiva individualista, voluntarista e patrimonialista.
- II O princípio da boa-fé subjetiva baseia-se na intenção ou na consciência que o sujeito da relação jurídica tem de que age com ausência de má-fé e de acordo com o Direito.
- III O princípio da boa-fé, relacionado com o aspecto psicológico dos sujeitos, não requer de seus intérpretes uma análise cheia de incertezas e dificuldades e passou a não atender às exigências da sociedade moderna.
- IV O princípio da boa-fé reconhece a observância obrigatória da doutrina e da jurisprudência como um imperativo das necessidades éticas inerentes a qualquer sistema jurídico, para sua positivação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 5

De acordo com a argumentação do texto LP-II, o conectivo **porque** pode

- I substituir “pois” (R.2).
- II anteceder “Concebido” (R.5), com as correspondentes alterações nas iniciais.
- III substituir “por” (R.10), com alteração do verbo “demandar” (R.11) para **demanda**.
- IV substituir “uma vez que” (R.12).
- V anteceder “passou” (R.13).
- VI substituir “que” (R.14).
- VII substituir “por” (R.18), com alteração do verbo “ser” (R.18) para **é**.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 3.
- B 4.
- C 5.
- D 6.
- E 7.

QUESTÃO 6

A boa-fé objetiva é definida...

Assinale a opção que completa, de forma gramaticalmente correta, o trecho acima.

- A ... sendo deveres jurídicos impostos ao contratante para que atuem com lealdade, garantindo a realização das justificativas expectativas do outro contratante em relação a avença.
- B ... em um dever jurídico imposto aos contratantes de que atue com lealdade, garantindo a realização das justificadas expectativas do outro contratante em relação a avença.
- C ... segundo dever jurídico imposto aos contratantes em atuar com lealdade, garantindo-se à realização das justificadas expectativas do outro contratante em relação à avença.
- D ... com um dever jurídico imposto ao contratante, para atuar com lealdade garantindo-se realização às justificadas expectativas dos outros contratante em relação com a avença.
- E ... como um dever jurídico imposto ao contratante de atuar com lealdade, garantindo a realização das justificadas expectativas do outro contratante em relação à avença.

Opções adaptadas de Marília de Ávila e Silva Sampaio. **A boa-fé objetiva**. In: *Correio Braziliense*, 17/9/2001, Direito & Justiça, p. 1.

Texto LP-III – questões 7 e 8

1 Há duas instâncias em que existem riscos significativos de
aumento da desigualdade entre países ricos e países em
desenvolvimento: a infra-estrutura de tecnologia de informação
4 e de comunicação (cabreamento, satélites etc.) e a universalização
do acesso a essa infra-estrutura (políticas de conexão para
populações de baixa renda, regulação de tarifas). Para os
7 especialistas, no entanto, nessas duas instâncias o diagnóstico e
as políticas (públicas e empresariais) são relativamente claros e
até fáceis de executar.

10 Mas o grande desafio é a área em que se encontram as
maiores perspectivas de rentabilidade: conteúdo. É nesse campo
que os países em desenvolvimento deveriam demonstrar mais
13 agilidade para colocar o Estado a seu favor. Por isso, alguns dos
principais atores nos mercados brasileiros de telecomunicações
atravessam um período de grande agitação.

G. Schwartz. *Folha de S. Paulo*, 9/9/2001, B2 (com adaptações).

QUESTÃO 7

O texto LP-III estabelece algumas subdivisões para conceitos mais abrangentes. Assinale a opção em que os dois tópicos **não** representam subdivisões do conceito mencionado, destacado em negrito.

A instâncias de desigualdade:

- infra-estrutura de tecnologia de informação e comunicação;
- universalização do acesso a essa infra-estrutura.

B infra-estrutura de tecnologia:

- de informação;
- de comunicação.

C universalização do acesso à infra-estrutura:

- políticas de conexão para populações de baixa renda;
- regulação de tarifas.

D infra-estrutura de comunicação:

- diagnóstico;
- políticas.

E políticas:

- públicas;
- empresariais.

QUESTÃO 8

Cada uma das opções abaixo apresenta uma proposta de substituição de expressões no texto LP-III. Assinale aquela em que a substituição proposta provocaria **erro** de concordância, independentemente das alterações de sentido provocadas no texto.

- A “existem riscos significativos” (R.1) por **existe risco significativo**
B “as políticas (...) são” (R.8) por **a política (...) é**
C “encontram as maiores perspectivas” (R.10-11) por **encontra a maior perspectiva**
D “os países (...) deveriam” (R.12) por **todo país (...) deveria**
E “alguns dos principais atores (...) atravessam” (R.13-15) por **o principal ator (...) atravessa**

Texto LP-IV – questões 9 e 10

1 Ao abrir o anexo de um *e-mail*, você verifica
imediatamente que está vendo informações que não poderiam
ter chegado aos seus olhos. Uma tabela de preços que deveria
4 estar em branco aparece com os dados confidenciais de um
competidor, que, na concorrência pública em que você está
trabalhando, é parceiro e subcontratado de sua empresa.

7 Cenas como essa passaram a ser normais no cotidiano
das empresas na era da tecnologia e, à medida que a Internet
abrange cada vez mais processos e transações, a tecnologia da
10 informação e as pessoas que a administram estarão cada vez
mais à frente das decisões que tenham implicações éticas.

O debate sobre ética nos negócios não é novo, mas o
13 que é novo, sem dúvida, é o papel central que a tecnologia da
informação passa a ter em algumas das mais importantes
questões relativas ao tema: privacidade, propriedade de dados
16 e integridade das parcerias.

José Luiz Rossi. *Ética no mundo virtual*. In: *Classe*, n.º 87, 2001, p. 32 (com adaptações).

QUESTÃO 9

Assinale a opção em que, no texto LP-IV, o emprego singular ou plural da expressão na coluna da esquerda deve-se ao número (plural ou singular) da expressão correspondente na coluna da direita.

- A “está trabalhando” (R.5-6) / “competidor” (R.5)
B “administram” (R.10) / “pessoas” (R.10)
C “estarão” (R.10) / “transações” (R.9)
D “tenham” (R.11) / “empresas” (R.8)
E “passa a ter” (R.14) / “papel central” (R.13)

QUESTÃO 10

Cada uma das opções que se segue apresenta uma proposta de alteração no texto LP-IV. Assinale aquela em que a alteração proposta desrespeita as idéias do texto ou provoca **incorreção** gramatical.

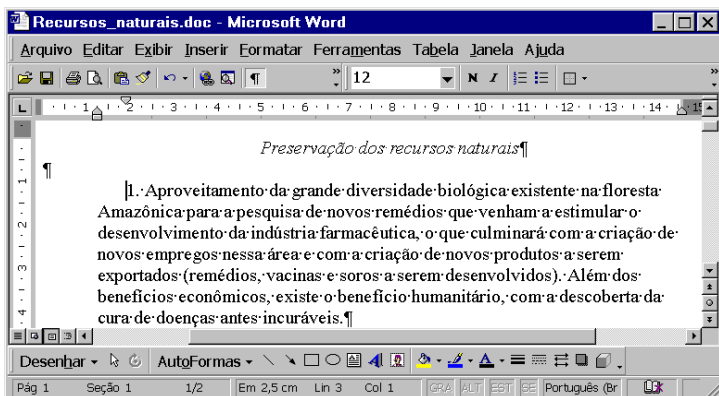
- A Substituir “Ao abrir” (R.1) por **Abrindo**.
B Substituir “aos seus olhos” (R.3) por **a seus olhos**.
C Inserir vírgulas isolando a oração “que deveria estar em branco” (R.3-4).
D Suprimir a preposição na expressão “em que” (R.5).
E Suprimir a conjunção em “mas o que” (R.12-13).

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de **11** a **15**, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* mencionados.


Texto CI – questões de 11 a 13

A figura abaixo mostra uma janela do aplicativo Word. Na sua área ativa, observa-se parte de um documento que está em processo de edição.





QUESTÃO 11

Com relação ao texto CI e ao Word, assinale a opção **incorreta**.

- A Na linguagem do Word, o trecho mostrado é constituído por três parágrafos, sendo que o segundo e o terceiro parágrafos estão com as margens formatadas de forma diferente.
- B Para alterar com sucesso o estilo da fonte do título de normal para negrito, é suficiente, após selecionar o título, clicar em **N**.
- C No trecho do documento iniciado pela palavra “Aproveitamento”, está sendo usada a numeração automática de parágrafo, obtida por meio do botão .
- D Por meio do menu **Editar**, é possível, entre outras opções, acessar o recurso Localizar..., que permite a localização e a substituição de palavras ao longo de todo o documento.
- E Para alterar as definições de recuos, margens e larguras de colunas, pode-se utilizar o recurso de arraste dos marcadores na régua horizontal, que, na figura mostrada, aparece logo acima do título do texto que está sendo editado.



QUESTÃO 12

Ainda com relação ao texto CI e ao Word, assinale a opção correta.

- A É possível formatar a palavra “Amazônica” com o mesmo estilo de fonte utilizado no título por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar qualquer palavra do título, clicar em  e clicar sobre a palavra “Amazônica”.
- B Caso o usuário deseje utilizar a formatação do documento “Recursos_naturais.doc” como modelo para textos futuros, ele deverá salvar o referido documento, utilizando a opção Salvar como modelo encontrada no menu **Formatar**.
- C Para copiar o documento para a área de transferência, é suficiente que o usuário selecione todo o documento, clicando na opção Selecionar tudo, encontrada no menu **Ferramentas**, e pressione simultaneamente as teclas **S** e **T**.
- D Observa-se pela figura que o usuário está utilizando o idioma português para redigir o documento. Caso exista um dicionário apropriado instalado no computador, o Word permite traduzir todo o texto para o idioma inglês, bastando clicar com o botão direito do *mouse* sobre **Português (Br)**, escolher Inglês na janela que surgirá em decorrência dessa ação e clicar em OK.
- E Para evitar a quebra de linha entre as palavras “floresta” e “Amazônica”, é suficiente selecioná-las e clicar no botão .

QUESTÃO 13

Considerando novamente o texto CI e o Word, assinale a opção **incorreta**.

- A Para reabrir o último documento que foi editado e fechado, uma opção do usuário seria clicar no nome desse documento na parte inferior do menu **Arquivo**, que, quando aberto, lista automaticamente os últimos documentos abertos pelo Word.
- B O Word cria símbolos de marca de parágrafo extras quando a tecla **<<** é pressionada uma ou mais vezes após a última linha de texto. É possível eliminar uma linha ou uma página em branco, excluindo-se os símbolos das marcas de parágrafo  que aparecem sozinhas sem texto.
- C Caso deseje incluir um caractere não-disponibilizado pelo teclado, é possível que o usuário encontre esse caractere por meio da opção Símbolo... do menu **Inserir**.
- D Caso deseje ilustrar o texto com um desenho, o usuário terá sucesso realizando a seguinte seqüência de ações: clicar no documento no local em que deseja criar o desenho; no menu **Desenhar**, apontar para a opção Incluir figura, para que uma janela com vários tipos de desenho seja disponibilizada; adicionar as formas ou figuras desejadas.
- E Para adicionar uma borda externa no título do documento, é suficiente que o usuário clique sobre qualquer palavra do título e, a seguir, clique no botão .

QUESTÃO 19

Como nossas outras iniciativas, as sementes da globalização transformaram-se em um jardim. Nosso conceito de globalização evoluiu da conquista de novos mercados para o de compras de produtos e componentes em todo o mundo e, finalmente, para o aproveitamento do capital intelectual de qualquer país. Vejamos o exemplo da Índia. Desde o início, sintonista com a energia mental do país, mas a maneira como a exploramos ultrapassou meus sonhos mais ousados. O talento científico e técnico da Índia no desenvolvimento de *software*, em projetos e em pesquisa básica é incrível. A grande riqueza da Índia é seu povo altamente educado, capaz de realizar as mais diversas tarefas, com grande eficiência.

Jack Welch e John Byrne. **Jack definitivo: segredos do executivo do século**. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 353 (com adaptações).

Com relação aos aspectos sugeridos pelo texto para a compreensão do processo de globalização, assinale a opção correta.

- A Para as grandes empresas multinacionais, houve uma mutação na idéia de globalização, de uma noção de aproveitamento das capacidades intelectuais dos países onde tais empresas se instalam para uma outra visão, mais voltada para o acesso a novos mercados.
- B Pode-se constatar que mesmo países na periferia do sistema internacional podem ter certas possibilidades de ganhos com a globalização.
- C O progresso científico e tecnológico da Índia, na perspectiva da globalização em curso, prescindiu do desenvolvimento das ciências básicas.
- D O peso da educação é irrelevante na formação de uma sociedade apta a enfrentar os desafios da globalização.
- E A vida social e política da Índia, com sua tamanha população e sua cultura, a impede de encontrar possibilidades positivas na interdependência econômica de ordem planetária.

QUESTÃO 20

A inserção internacional do Brasil na era da globalização gerou intenso debate nacional na década passada e no início deste século. As posições oscilam em um grande espectro, desde visões que criticam os ditames da globalização até os que a defendem de forma ferrenha. A respeito dessas diferentes posições, assinale a opção **incorreta**.

- A O cenário internacional da década passada fez do Brasil, para a maioria das correntes de opinião pública, um país forte e capaz de liderar o sistema de poder globalizado nas Américas, principalmente após a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).
- B Os impactos da forma liberal de abertura econômica e de realização dos processos de privatização de empresas estatais e públicas no Brasil vêm sendo, de acordo com várias análises, uma forma de bem adaptar o país à competitividade internacional.
- C Orientações político-partidárias distintas, postas em marcha em razão das eleições presidenciais do ano 2002, postularam formas diferentes de orientar a inserção internacional do país a partir de 2003.
- D Para vários analistas, a globalização fez que o Brasil abrisse excessivamente sua economia e ampliasse sua vulnerabilidade externa.
- E Os riscos e as oportunidades da globalização trazem para o Brasil o desafio da busca de um lugar adequado na ordem internacional que se desenha.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Ahmed é filho de uma brasileira com um cidadão egípcio. A sua genitora emigrou para o Egito por motivos particulares, ocasião em que ficou grávida. Ahmed nasceu na capital daquele país e não foi registrado na Embaixada do Brasil. Aos 28 anos de idade, ele fixou residência em Boa Vista – RR e quer optar pela nacionalidade brasileira.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Não estando a genitora de Ahmed a serviço do Brasil quando ocorreu o nascimento no Egito, não há como reconhecer a nacionalidade brasileira.
- B Ahmed não poderá ser considerado brasileiro, uma vez que veio morar no Brasil somente após atingir a maioridade civil.
- C Ahmed não poderá ser considerado brasileiro, uma vez que não ocorreu o registro de seu nascimento na Embaixada do Brasil.
- D Ahmed não poderá ser considerado brasileiro, porque não efetuou a opção até quatro anos após adquirir a maioridade civil.
- E Ahmed poderá confirmar a nacionalidade brasileira a qualquer tempo, pois a adquiriu provisoriamente ao fixar residência no Brasil.

QUESTÃO 22

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- I Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar o procurador-geral da República e o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade.
- II Ao Superior Tribunal de Justiça compete processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Distrito Federal.
- III Compete aos tribunais regionais federais processar e julgar os membros do Ministério Público da União (MPU), que oficiem na área de sua jurisdição, pelos crimes de responsabilidade.
- IV Aos juízes federais compete processar e julgar as contravenções penais perpetradas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.
- V Se a comarca não for sede de vara do juízo federal, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados, as causas em que forem partes instituição de previdência social e segurado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 23

No que diz respeito aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A Os recrutas, durante o período do serviço militar obrigatório, não possuem capacidade eleitoral ativa (direito de votar).
- B Para que alguém adquira a capacidade eleitoral passiva (poder ser eleito), basta que possua capacidade eleitoral ativa.
- C Os analfabetos não possuem inelegibilidade absoluta.
- D A sentença judicial que decreta a interdição traz como efeito secundário a perda permanente dos direitos políticos do incapaz.
- E Somente os sentenciados que sofrerem condenação criminal com trânsito em julgado pela prática de crime doloso, e não pela prática de crime culposo, terão os seus direitos políticos suspensos até que ocorra a extinção da punibilidade.

QUESTÃO 24

Francisco, usuário de cocaína, adquiriu dois quilos de maconha para vender a adolescentes nas adjacências de uma escola pública de segundo grau. No momento em que vendia alguns cigarros de maconha a dois alunos com dezoito e dezenove anos de idade, respectivamente, Francisco foi preso em flagrante por policiais militares do Batalhão Escolar, que apreenderam a substância entorpecente.

À luz da situação hipotética apresentada e da legislação pertinente, assinale a opção **incorreta**.

- A Francisco praticou o crime de tráfico ilícito de entorpecente.
- B O tráfico ilícito de entorpecente é crime equiparado a crime hediondo e, em razão disso, insuscetível de fiança e liberdade provisória.
- C Na hipótese de condenação de Francisco, a pena privativa de liberdade deverá ser majorada de um terço a dois terços em face de os destinatários da venda da substância tóxica serem menores de vinte e um anos.
- D Se Francisco vier a ser condenado pelo crime perpetrado, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida integralmente em regime fechado, mesmo que o fato tenha ocorrido antes do advento da Lei n.º 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos).
- E Se forem realizados exames toxicológico e psicológico em Francisco e ficar comprovada a dependência a entorpecentes, bem como a redução, ao tempo da ação, de sua plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de autodeterminar-se, na hipótese de condenação a pena privativa de liberdade pode ser reduzida de um terço a dois terços.

QUESTÃO 25

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes contra o patrimônio, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A João e José, previamente ajustados e com unidade de desígnios, subtraíram de um hipermercado, em proveito de ambos, vinte CDs de cantores diversos e uma garrafa de uísque. Ao se aproximarem da porta de saída, um segurança percebeu o volume na camisa de José e saiu em perseguição dos larápios, conseguindo prender João em flagrante e apreender dez CDs. José empreendeu fuga com os demais CDs e a garrafa de uísque. Nesse caso, João responderá pelo crime de furto qualificado mediante o concurso de duas ou mais pessoas, na forma tentada.
- B Renato abordou Lívia em um lugar ermo e colocou a mão por dentro da própria camisa, simulando o porte de uma arma de fogo e infundindo temor. Subtraiu então, para si, a importância de R\$ 600,00, cartões de crédito, talão de cheques e um aparelho celular. Nesse caso, Renato responderá pelo crime de furto qualificado, mediante simulação.
- C Humberto adquiriu várias mercadorias à vista em uma loja de artigos esportivos, no valor de R\$ 430,00. Ao efetuar o pagamento, emitiu um cheque do Banco do Brasil S.A., tendo prévio conhecimento que a conta-corrente estava encerrada há mais de trinta dias. A cártula foi apresentada ao banco sacado e devolvida pelo motivo exposto. Nesse caso, Humberto responderá pelo crime de estelionato simples — tipo básico.
- D Félix interceptou o veículo que era conduzido por Adma, filha de um empresário de renome nacional, privando-a de sua liberdade mediante o emprego de uma arma de fogo. Após levar Adma até um cativado, Félix entrou em contato telefônico com a família da ofendida e exigiu a importância de quinhentos mil reais como condição para libertá-la. No dia seguinte, no momento em que ia receber o valor do resgate, Félix foi preso em flagrante por policiais civis da divisão anti-sequestro. Nesse caso, Félix responderá pelo crime de extorsão mediante sequestro tentado.
- E Fúlvio abordou um motorista de táxi e anunciou um assalto, apontando-lhe um revólver e exigindo que saísse do veículo e entregasse a chave. O motorista, ao retirar a chave da ignição do veículo, sacou uma faca, ocasião em que Fúlvio efetuou um disparo, matando-o. Com o estampido, apareceram alguns moradores, tendo Fúlvio se evadido do local sem levar o veículo. Nesse caso e, consoante entendimento sumular do STF, Fúlvio responderá pelo crime de latrocínio tentado.

QUESTÃO 26

No que tange aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A O peculato somente pode ser praticado por funcionário público, por ser crime próprio no tocante ao sujeito ativo.
- B A reparação do dano no crime de peculato doloso, ocorrendo antes da sentença irrecorrível, é causa de extinção da punibilidade.
- C Por ser a concussão crime próprio, inadmite-se a participação ou co-autoria de pessoa não-qualificada funcionalmente, ou seja, de particular.
- D Considere a seguinte situação hipotética.
Mário, ao receber uma ordem de prisão, em cumprimento a mandado judicial, negou-se a acompanhar a autoridade policial, deitando-se no solo.
Nessa situação, Mário responderá pelo crime de resistência.
- E Considere a situação hipotética que se segue.
Sílvio, oficial de justiça, a fim de agilizar a citação da parte ré em uma ação de reparação de dano, solicitou do procurador judicial da autora a importância de R\$ 1.000,00.
Nessa situação, Sílvio responderá pelo crime de corrupção ativa.

QUESTÃO 27

Por haver prova da autoria e materialidade do crime de concussão, a Secretaria de Saúde remeteu ao Ministério Público de Roraima (MPRR) processo administrativo disciplinar instaurado para apurar falta funcional do servidor Nélio, que foi demitido do cargo de médico. O órgão do MPRR requisitou a instauração de inquérito policial, tendo a autoridade policial acatado a requisição e indiciado Nélio. Na fase inquisitiva, foi realizada uma perícia caligráfica, tendo o indiciado sido compelido, sob pena de desobediência, a fornecer padrões gráficos do próprio punho. O advogado de Nélio, quando soube da realização da perícia, indicou assistente técnico, que foi recusado. Por estar ameaçando testemunhas de morte, a autoridade policial representou à autoridade judiciária pela decretação da prisão preventiva do indiciado. O inquérito policial foi encaminhado ao MPRR após a sua conclusão, tendo o promotor de justiça ofertado denúncia contra Nélio, imputando-lhe a prática do crime de concussão.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O inquérito policial era imprescindível no início da ação penal, que não poderia ser instaurada pelo MPRR por meio de denúncia somente com base no procedimento administrativo disciplinar, mesmo comprovando a materialidade e autoria da infração penal.
- B Para o exame grafotécnico, a autoridade policial podia compelir o indiciado, sob pena de desobediência, a fornecer padrões gráficos do próprio punho.
- C Ao determinar a realização de perícia, a autoridade policial não estava obrigada a admitir assistente técnico ou perito particular, uma vez que não há previsão legal de tais figuras no processo penal.
- D A prisão preventiva somente poderá ser decretada pela autoridade judiciária após o recebimento da denúncia.
- E Por tratar-se de crime funcional típico, perpetrado por Nélio no exercício da função pública, o magistrado, antes de receber a denúncia, deverá determinar a notificação do acusado, que deverá responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

QUESTÃO 28

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- I André adquiriu um cheque em branco do Banco do Brasil S.A., que era produto de furto. Dirigiu-se então a uma loja de produtos importados e adquiriu várias garrafas de uísque, efetuando o pagamento com a cártula furtada, falsificando a assinatura do correntista. Nessa situação, o exame de corpo de delito no referido cheque será necessário, uma vez que se trata de infração penal que deixou vestígios.
- II Bento, após uma acirrada discussão com sua namorada Marta, desferiu-lhe um golpe de faca em região lombar, causando-lhe lesões corporais. Três meses após o evento, Marta procurou a autoridade policial para apresentar representação criminal, ocasião em que não mais existiam vestígios das lesões. Nessa situação, o corpo de delito direto poderá ser substituído por depoimentos testemunhais ou qualquer outro tipo de prova.
- III Túlio agrediu Jonas com socos e pontapés, causando-lhe lesões corporais que, no prognóstico dos peritos quando do primeiro exame, iriam incapacitá-lo para as ocupações habituais por mais de trinta dias. Nessa situação, para a configuração da natureza grave das lesões, em face das condições do agredido, será necessário laudo de exame complementar a ser realizado logo após o período da incapacitação.
- IV Tônico arreventou a fechadura da porta da cozinha da residência de Maria e, ao ter acesso à sala, subtraiu, para si, um televisor e um aparelho de som. Nessa situação, será necessária prova pericial para o reconhecimento da qualificadora do rompimento de obstáculo no crime de furto.
- V Ramon, por vingança, desfechou um tiro traiçoeiro de espingarda contra a pessoa de Rafael, causando-lhe lesões corporais de natureza grave (perigo de morte). O evento ocorreu no município de Amajari, local em que foi instaurado o inquérito policial. A vítima foi socorrida e transportada para o município de Boa Vista, onde permanece hospitalizada. A autoridade policial que preside o inquérito pretende a realização do exame de corpo de delito direto na vítima, antes que desapareçam os vestígios. Nessa situação, caberá à autoridade policial do município de Amajari expedir uma carta precatória para a circunscrição de Boa Vista, onde a autoridade deprecada nomeará duas pessoas idôneas portadoras de curso superior para a realização do exame, na hipótese de inexistirem peritos oficiais.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. C 3. D 4. E 5.

QUESTÃO 32

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética a respeito de provimento, vacância, remoção e substituição, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- A Sebastião foi nomeado para o cargo em comissão de assessor jurídico de desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR). Nesse caso, o provimento do cargo de assessor foi derivado.
- B Juarez, promotor de justiça, foi promovido por antiguidade para o cargo de procurador de justiça do MPRR. Nesse caso, o provimento do cargo de procurador de justiça foi inicial ou originário.
- C Pedro, após responder a processo administrativo disciplinar por improbidade administrativa, foi demitido do cargo efetivo de tesoureiro. Nesse caso, não haverá vacância do cargo de tesoureiro.
- D Mariana, que exerce o cargo de secretária na comarca de Bonfim, requereu o seu deslocamento para a comarca de Boa Vista, no âmbito do mesmo quadro permanente de servidores do Poder Judiciário. Nesse caso, se o pleito for deferido, haverá a remoção da servidora.
- E Sebastiana está investida no cargo de assistente administrativo e, de acordo com o regimento interno da Secretaria da Educação, é substituta de Anita, chefe da divisão de recursos humanos (DRH). Anita está grávida e entrou em gozo de licença à gestante, tendo Sebastiana assumido o exercício do cargo de chefe do DRH pelo período de 120 dias. Nesse caso, Sebastiana, mesmo substituindo Anita pelo período de cento e vinte dias, continuará percebendo apenas a remuneração do cargo de que é titular, ou seja, de assistente administrativo.

QUESTÃO 33

Com referência ao controle da Administração, assinale a opção **incorreta**.

- A A fiscalização hierárquica e os recursos administrativos são, de um modo geral, meios de controle administrativo.
- B A representação, a reclamação e o pedido de reconsideração são meios hábeis, em sentido amplo, de propiciar o reexame da atividade da Administração por seus próprios órgãos.
- C O Senado Federal, ao aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição da República, ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo presidente da República, presidente e diretores do Banco Central e o procurador-geral da República, está exercendo funções de controle legislativo.
- D O Poder Judiciário tem competência para rever atos administrativos, exercendo o controle de sua legalidade e legitimidade.
- E Uma lei que extingue vantagens de servidores públicos e um decreto de desapropriação não estão sujeitos ao controle judicial comum por meio de mandado de segurança e ação popular.

QUESTÃO 34

Antônio, menor de dezesseis anos, realizou, sem estar representado ou assistido, contrato de doação com Marta, donatária, plenamente capaz. Nessa hipótese, é correto afirmar que o contrato será

- A válido, pois trata-se de negócio jurídico gratuito.
- B inválido e nulo, porque Antônio é absolutamente incapaz.
- C válido e anulável, desde que Marta não soubesse que Antônio era incapaz.
- D válido para Marta e inválido para Antônio.
- E válido, pois a donatária é plenamente capaz.

QUESTÃO 35

A perda total ou parcial da coisa adquirida, por decisão judicial, em favor de terceiro, que era o verdadeiro dono, é juridicamente reconhecida como

- A evicção.
- B vício redibitório.
- C retrovenda.
- D pacto comissório.
- E pacto de melhor comprador.

QUESTÃO 36

Com relação à Lei de Introdução do Código Civil, Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, assinale a opção correta.

- A Esta lei é parte integrante do Código Civil, sendo aplicável somente às normas de direito privado.
- B Trata-se de uma lei sobre condutas das pessoas naturais e jurídicas.
- C Trata-se de um código de normas que não tem por conteúdo qualquer critério de hermenêutica jurídica.
- D O tema conflito de leis no espaço não é tratado nesta lei.
- E Esta lei disciplina a garantia da eficácia global da ordem jurídica, não admitindo a ignorância da lei vigente.

QUESTÃO 37

Eva, casada com Márcio, propôs ação de busca e apreensão de seu filho, de dez anos de idade, perante o juiz da comarca de sua residência, em desfavor de Teresa, avó paterna do menor, residente em outra comarca.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O pólo passivo da demanda deverá ser ocupado por Teresa e pelo menor em litisconsórcio necessário.
- B O juízo do foro da residência da autora tornar-se-á competente para julgar a referida ação, caso Teresa não requeira a remessa dos autos ao foro do domicílio do réu.
- C A ação de busca e apreensão do menor processar-se-á pelo rito sumário.
- D Caso os réus não contestem a ação, ocorrerá a revelia, devendo o juiz, obrigatoriamente, decidir a ação em favor da autora, julgando-a procedente.
- E Eva, por ser casada, necessita do consentimento expresso de seu marido para propor a ação.

QUESTÃO 38

Joaquim Pereira faleceu em Brasília, seu último domicílio, deixando um imóvel, localizado na comarca de Boa Vista, a ser partilhado entre herdeiros maiores de idade e herdeiros menores de idade.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A abertura do inventário deverá ser requerida necessariamente no local da situação do imóvel.
- B O rito do inventário é o ordinário ou o sumário, dependendo do valor do imóvel.
- C O Ministério Público deverá obrigatoriamente intervir no feito.
- D Se todas as partes estiverem de acordo, em vez do inventário, poderão desde logo apresentar esboço de partilha, sob o rito do arrolamento.
- E Os menores não participam do feito, por serem incapazes, mas seus pais devem ser notificados de todos os atos praticados no processo.

QUESTÃO 39

Com relação aos prazos estabelecidos no direito processual civil, assinale a opção **incorreta**.

- A São contínuos, não se interrompendo nos feriados.
- B Têm seu curso suspenso pela superveniência de férias, recomeçando a correr no primeiro dia útil seguinte ao término das férias.
- C De regra, são contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.
- D São sempre fixados pelo juiz, que levará em conta a complexidade do ato a ser praticado.
- E Podem ser prorrogados pelo juiz em caso de calamidade pública.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta.

- A O processo de conhecimento pode tramitar pelo rito ordinário, sumário, especial ou pelo rito do juizado especial das pequenas causas, sendo somente este último passível de livre escolha pelo autor.
- B Pelo sistema processual vigente no Brasil, somente os atos decisórios praticados pelo juiz e pelo Ministério Público são passíveis de recurso.
- C Enquanto não for julgado, o recurso de agravo de instrumento interposto contra decisão no curso do processo paralisa a marcha dos atos processuais.
- D A competência da justiça federal é definida em lei complementar e no regimento interno do STF.
- E O réu, uma vez citado, deve apresentar sua defesa na contestação, se a matéria for de mérito, ou em reconvenção, se a matéria for relativa a pressupostos processuais, ou, ainda, em réplica, se a defesa basear-se em incompetência, impedimento ou suspeição do juiz.